

A AÇÃO DOCENTE NA EJA DO SISTEMA PRISIONAL PAULISTA ODS 4: EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Tiago Bueno dos Santos (UNITAU); Maria Aparecida Campos Diniz de Castro (UNITAU).

Resumo

A Educação de Jovens e Adultos, uma necessidade recorrente no Brasil, é uma forma de atender a uma demanda da sociedade em seu aspecto socioeducacional, pois as mais diversas expressões da desigualdade social impactam a vida dos sujeitos e os prejudicam em seu processo educacional desde a infância. Algumas dessas expressões também têm impacto direto no aumento da criminalidade, que envolve muitos jovens e adultos detidos nos sistemas prisionais e que demandam formação educacional. É com o propósito de compreender essas relações para elucidar as práticas pedagógicas que esta pesquisa trabalhou com a temática da atuação dos docentes que lecionam na Educação de Jovens e Adultos em turmas de alunos no sistema prisional. O objetivo geral foi investigar como um grupo de docentes percebe e significa sua atuação pedagógica no Programa de Educação nas Prisões (PEP). Para tanto, foi preciso investigar a dinâmica histórica e contemporânea de construção do processo educacional na prisão, descrever a relação de parceria estabelecida entre a Secretaria de Estado da Educação e Secretaria da Administração Penitenciária e relacionar a trajetória profissional dos docentes em sua opção e atuação no Programa de Educação nas Prisões. A pesquisa é de natureza qualitativa, com utilização de entrevistas semiestruturadas e questionário sociodemográfico, para conhecer a trajetória desses professores em articulação e diálogo com a própria história do pesquisador, que chegou a atuar como docente e professor coordenador no Programa de Educação nas Prisões. Como resultados, destacam-se a compreensão dessa atuação no contexto educacional brasileiro e contribuição para novas percepções para esse campo de atuação docente.

Palavras-chave: Educação na prisão; EJA; Trajetória Docente.

Introdução

A Educação nas prisões no estado de São Paulo manifesta a realidade de uma política educacional voltada para jovens e adultos privados de liberdade. Essa política passou a ser construída e efetivada a partir do ano de 2011, com a constituição do Programa de Educação nas Prisões (PEP). Neste contexto, desde o ano de 2013, a Secretaria de Educação (SEDUC) estabeleceu uma parceria com a Secretaria da Administração Penitenciária (SAP) para a oferta de atividades

educacionais no sistema prisional do Estado de São Paulo. Considerando esse contexto educacional, o olhar para a realidade dos docentes que atuam no PEP se constitui em uma necessidade no sentido de se perceber as possibilidades da prática pedagógica em contextos de privação de liberdade. Nesse diapasão, a temática discutida na presente pesquisa se volta para a percepção da prática docente no contexto do sistema prisional paulista, considerando a atuação dos docentes vinculados à Secretaria da Educação. O objetivo geral da investigação foi identificar os limites e possibilidades que correspondem à realidade do trabalho pedagógico em um programa educativo no sistema prisional.

Revisão da literatura

Considerando o levantamento bibliográfico, dentre os artigos encontrados na base de dados da Scielo, a pesquisa de Bessil e Merlo (2017), intitulada “A prática docente de Educação de Jovens e Adultos no sistema prisional”, traz uma grande contribuição quanto à possibilidade de investigação sobre a atuação docente no cárcere, como pode se perceber no trecho que segue:

É relevante abordar as questões subjetivas que envolvem a prática docente no Sistema Prisional, pois existem peculiaridades na realização da prática de Educação de Jovens e Adultos nesse contexto específico. Ao mesmo tempo, é importante investigar a dinâmica prazer/sofrimento vivida pelos docentes de EJA no sistema prisional com relação a sua prática laborativa. Assim, por meio deste estudo temos a oportunidade de refletir sobre o trabalho do educador no contexto prisional e propor ações de saúde do trabalhador específicas para essa categoria profissional (Bessil; Merlo, 2017, p. 286).

O trecho citado demonstra a relevância de se atentar para a prática e atuação profissional dos docentes no cárcere, considerando a dinâmica entre prazer/sofrimento vivenciada pelos professores com relação ao seu trabalho, isso porque pertencem a uma categoria profissional que é receptaria de projetos e políticas públicas no contexto educacional, não só quanto à carreira, mas também sobre sua própria atuação, nos contextos dos currículos e da formação continuada.

Sobre a temática da atuação docente na prisão, encontrou-se, no repositório de dissertações e teses da Unifesp, a dissertação de Silva (2017), intitulada “O trabalho docente na prisão por professores da rede estadual de São Paulo: entre a

lógica da formação e a lógica da adaptação”. O objetivo geral do autor foi identificar e analisar aspectos do trabalho do professor em escolas situadas nas prisões, na rede estadual de São Paulo, buscando entender a prática do professor bem como as formas como os sujeitos compreendem e realizam o exercício docente nesse contexto.

Estudar a Educação nas prisões e o significado da figura do professor e da escola impõe certo desafio, uma vez que a prática educativa que se constrói pelos docentes está profundamente ligada ao processo de libertação ou rompimento de várias camadas de sujeição ou limitação dos sujeitos. Trata-se de uma escola que se constrói no espaço prisional, uma instituição que precisa refletir sobre si mesma, sobre seus próprios espaços de privação e, também, sobre a estrutura arquitetônica ideológica e material que terá de superar ou adequar, como analisa Onofre (2014, p. 162):

Para os professores, trabalhar na escola da penitenciária é enriquecedor, principalmente porque podem conversar com os alunos sobre os assuntos pelos quais têm interesse. Acreditam que o processo educativo é um processo de desprisonalização e socialização, e a presença do professor é vista como a de um sujeito que traz novas ideias, novos conhecimentos, novas posturas, ou seja, que faz da sua prática educativa uma contribuição ao homem, criando novas condições e expectativas de vida. [...] Os professores têm clara visão de que no espaço prisional há um conjunto de contradições que levam à cisão entre os diferentes segmentos, e também uma distância entre projetos governamentais e sua efetivação no cotidiano da prisão.

Tal observação foi apresentada em referência ao período 1998 - 2002, quando a FUNAP era a instituição responsável pela Educação no sistema prisional, com atuação de monitores da própria Fundação e monitores presos. O projeto de escola que se construía a partir dali não contava com a participação de professores licenciados em disciplina ou área de conhecimento, mas com os próprios reeducandos que já haviam concluído o Ensino Médio antes do cárcere ou de monitores que não tinham na docência sua formação.

É importante ressaltar que, mesmo que de forma específica e com atendimento direcionado ao contexto prisional paulista, a FUNAP conseguiu executar um projeto de educação voltado para as necessidades que encontrara nas prisões paulistas naquele momento histórico. Direcionou-se, então, para as

necessidades formativas do homem aprisionado, mas também se esmerou em respaldar o processo formativo que estava propondo, de sonhos e projetos futuros. Considerou a ressocialização do sujeito privado de liberdade e contou com monitores presos comprometidos com esse movimento de construção de uma escola em seu sentido mais amplo e vívido. Isso foi possível porque a escola é mais do que a estrutura física que a cerca; é formada por diversos sujeitos e interlocutores que, nos encontros e diálogos diários, vão descobrindo seus sonhos, perspectivas, metas e as possibilidades que a condição humana lhes permite.

Não obstante, há que se observar que a ação educativa na prisão esteve durante esse período atrelada à conjuntura político-social na qual o Brasil se encontrava imerso, devido ao governo militar, em um contexto ideológico em que se buscavam direitos e que apresentava avanços e retrocessos, como aponta Romanelli (2013).

Nesse contexto, a própria figura do docente e seu campo de atuação ou percepção sobre sua prática estão inter-relacionados às estruturas temporais, aos processos de ocupação e dominação de determinado território, às questões identitárias, de reconhecimento e pertencimento, bem como aos processos econômicos do sistema financeiro internacional, assim como à reelaboração do capitalismo e ao papel que o Brasil ocupa no cenário global. Nesse sentido, devem ser consideradas as práticas e políticas educacionais, bem como a complexidade dos processos sociais.

Assim, o processo educacional brasileiro passa por um período conturbado, até a instauração ou reabertura democrática do país, que permite a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil em 1988, conhecida como a “Constituição Cidadã” e do “Estado de bem-estar social”, que possibilita a reafirmação dos direitos fundamentais dos brasileiros, dentre os quais a Educação ocupa um relevante lugar. Esse movimento interligado à luta pelos direitos evoca diferentes manifestações dos coletivos sociais, das lutas populares por igualdade e dignidade, bem como pelo acesso às condições básicas de saúde, educação, cultura, emprego e emancipação social. O arcabouço histórico de formulação das concepções e práticas de cidadania e inclusão é um manifesto da potencialidade humana para realizar a leitura das condições sociais e agir a partir do diálogo e da ação política, no sentido de fomentar novas formas de atuação e ação do ser social.

Com o retorno do processo democrático no Brasil, a normatização de outras leis, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei 9394/96, o contexto educacional passa a ser ressaltado como importantíssimo para o projeto de nação que se propõe pôr em prática, a saber, um Estado Social de Direito, com garantias básicas ou direitos fundamentais a todos os cidadãos. Assim, considerando todas essas lutas históricas, a partir de 2011, considerando a movimentação de diferentes segmentos da sociedade, a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo começa a se reaproximar da atuação e oferta de Educação no espaço da prisão. Tal reaproximação se dá com o apoio da FUNAP (Fundação Professor Doutor Manoel Pedro Pimentel), que atuou como executora de tais atividades educacionais no âmbito da prisão até 2012.

Português (2001) aponta os desafios impostos às instituições penitenciárias, no sentido de perceberem seu papel entre o embate de suas finalidades de punir e reabilitar. O autor também cita as contradições do sistema penitenciário e as possibilidades concretas de os indivíduos encarcerados preservarem-se como sujeitos, na resistência em se subjugarem aos valores da instituição. Para Português (2001, 2009), a Educação não é neutra ao processo de contradições da subjugação e resistência. É um desafio pensar a escola no interior da prisão para além dos processos de vigilância, dominação e subjugação dos indivíduos punidos pelo sistema social da prisão. De acordo com esse autor, ao longo de sua história o mundo da prisão é formado por uma dupla exclusão: por um lado, o corpo dirigente e funcional, e por outro lado, pela própria sociedade (Português, 2009). O processo de constituição dessa história é marcado por múltiplos vieses de interação e compreensão da realidade ou de como cada unidade prisional ou psiquiátrica organizou sua gestão interna, a partir da composição da própria comunidade carcerária.

Quanto ao processo de formulação da política pública de educação nas prisões no Brasil, é possível perceber um movimento de construção da legislação e das ações dos poderes estabelecidos, no sentido de se garantir, em nível nacional e estadual, mecanismos e estrutura para a oferta de educação para jovens e adultos privados de liberdade.

Trata-se de uma perspectiva própria de percepção e construção da Educação como direito essencial, porém com características próprias, uma vez que o lugar em

que essa oferta ou atendimento educacional acontece possibilita certas questões ao mesmo tempo em que inviabiliza outras.

Considerando a perspectiva histórica de formulação das resoluções, decretos, pareceres, recomendações e demais dispositivos legais, observa-se que o processo democrático permeia ações de concepção de novas legislações, que foram sendo atualizadas a partir da realidade social apresentada. Logicamente, essa não é uma ação que se formula pela ação de um único grupo político ou movimento social, mas por amplas manifestações, tanto no contexto nacional, quanto no internacional, por meio do processo diplomático e dos acordos estabelecidos entre o Brasil e outras nações, na busca por garantir o atendimento ao que fora deliberado em momentos de diálogo e debate. Nessa perspectiva, pensar a educação nas prisões não parte de um contexto apartado da realidade social mais ampla; ao contrário, é uma manifestação do diálogo e do confronto de diferentes perspectivas formativas, educacionais, políticas, sociais, sociológicas e filosóficas.

Nesse diapasão, com a Resolução Seduc nº 85, de 19 de novembro de 2020, há uma substituição das matrizes curriculares do PEP no Ensino Fundamental II – Anos Finais e no Ensino Médio. Os anexos 16 e 17 dessa Resolução alteram as matrizes curriculares do PEP de ambos os segmentos. Com isso, há uma diminuição no número de aulas de Sociologia no Ensino Médio, de duas para uma, e uma alteração no tempo de aula e carga horária dos docentes, que deixam de ter 25 aulas semanais de 50 minutos para terem 27 aulas semanais de 45 minutos.

Isso ocasiona uma readequação por parte das penitenciárias ou unidades psiquiátricas, pois essas instituições, em sua maioria, não dispõem de espaço para a realização das aulas de Educação Física que constam das matrizes curriculares. Essas aulas são substituídas por uma aula a mais nas disciplinas Língua Portuguesa e Língua Inglesa.

Não obstante, as unidades prisionais vinculadas também precisaram readequar seus horários, considerando que, para comportar as 27 aulas semanais, dois dias na semana teriam que ter 6 aulas, e nos demais dias, 5 aulas. Isso, que parece simples ou corriqueiro para uma escola regular, afeta sobremaneira a organização da oferta educacional no ambiente carcerário, uma vez que as unidades penitenciárias dispõem de uma organização pautada na segurança e no controle do tempo extremamente rígida.

O controle do tempo em uma prisão é primordial para a manutenção da rotina, que deve ser cumprida fielmente por todos os membros da comunidade carcerária. A escola não está à parte da instituição prisional, pois precisa se adequar e negociar seus tempos e espaço no ambiente de privação de liberdade. Cada estabelecimento penal tem uma ordem própria, determinada a partir de suas estruturas, necessidades, normas e perspectivas de segurança, bem como de seus processos de institucionalização.

Destaca-se que, até 1979, havia presença e atuação da Secretaria da Educação na oferta e atendimento educacional para as pessoas privadas de liberdade, com a atuação de professores comissionados. De 1979 até 2010, a FUNAP tornou-se a responsável pelas ações educativas nas prisões.

Nesse período havia a atuação do monitor preso, que ministrava as aulas e preparava os colegas para a realização de exames de certificação. Somente a partir de 2011, por força do Decreto 7.626/2011, foi instituído o Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional (PEESP), que apresenta como meta ampliar e qualificar a oferta de educação nos estabelecimentos penais. Ressalte-se que, por não se tratar de Órgão ou representante da SEDUC, não tinha competência legal para a certificação das atividades educacionais realizadas no espaço de privação de liberdade.

Destarte, percebe-se que a atuação da Secretaria da Educação é de vital importância, não só para efetivação das ações afirmativas dos processos educacionais, como para legitimidade e reconhecimento da prática formativa que acontece no cárcere.

Assim, percebe-se que a escola da prisão é uma realidade que se formou ao longo do processo histórico e sociológico, permeada de questões relacionadas aos anseios sociais e aos movimentos políticos e ideológicos de determinada época ou momento da história mundial e do Brasil. Diferentes projetos de sociedade encontram-se em diversos prospectos de prisão. Esta, por sua vez, não está desvinculada da sociedade; ao contrário, a conjuntura social é que lhe confere sentido, significado e legitimidade. Nessa perspectiva, algumas questões trazidas por Onofre (2019) permitem um aprofundamento quanto à reflexão e aos possíveis caminhos de pesquisa relacionados à temática:

Mas de onde falamos? Qual é o problema que tematiza estes escritos? A hipótese que tem norteado nossos estudos é que a escola na prisão – instituição singular porque se propõe punitiva, encarcera corpos e mentes – é uma das práticas sociais que pode educar. Essa instituição tem um papel relevante na formação de uma população que vive à margem porque cresceu nas margens de uma sociedade que exclui pobres, negros, analfabetos. São pessoas invisíveis até cometerem algum crime, assim definido pelos grupos sociais aos quais nunca pertenceram. Neste ponto nos deparamos, então, com algumas questões para refletir sobre o papel da educação de jovens e adultos no interior da prisão: a sociedade prende, majoritariamente, as pessoas que estavam nela inseridas? A prisão é um espaço alheio à sociedade ou uma instituição da sociedade? Não ocorrem processos de socialização entre as pessoas que vivem no interior da prisão? O que pode fazer a educação nesse espaço singular? Que escola é essa? Como ali se ensina e se aprende? (Onofre, 2019, p. 100).

Na proposta de Onofre (2019), as questões são apontadas como direcionadoras de reflexão sobre o contexto da Educação no sistema prisional. Assim, provoca-se análise sobre as relações entre sociedade, prisão e sujeitos privados de liberdade. Perceber quem são esses sujeitos sem atentar para os estigmas sociais ou juízos de valor, permite pensar os processos de constituição da sociedade brasileira. Marcada pelos encontros e desencontros de tantos outros povos, heterogênea e miscigenada desde suas raízes mais remotas, a sociedade brasileira é marcada pela violência, desapropriação e desterritorialização de povos indígenas, africanos, imigrantes oriundos da Europa e de outros tantos continentes.

Conhecer como os professores que optam por trabalhar com a EJA no sistema prisional pensam suas práticas e como percebem, em sua trajetória profissional, sua participação no Programa de Educação nas Prisões, e como se percebem como participantes do processo educacional na construção da prática pedagógica nesse espaço singular, como aponta Onofre (2019), favorece um diálogo muito rico, no sentido de focalizar uma educação para a cidadania ou uma educação como prática de liberdade. Como propõe Freire (2013, p. 61), como o homem está no mundo e é parte da realidade, necessita realizar a leitura desse mundo: “Por isso, desde já, salienta-se a necessidade de uma permanente atitude crítica, único modo pelo qual o homem realizará sua vocação natural de integrar-se, superando a atitude do simples ajustamento ou acomodação”. Trata-se de um processo dialógico significativamente rico que se constrói por meio da prática educativa.

Nesse sentido, para entender a educação que se realiza na escola do sistema prisional é importante analisar como esse processo educativo é percebido pelos

professores que dele fazem parte. Que perspectivas levam os professores à prática docente? Que desafios enfrentam no dia a dia no ambiente escolar da prisão e como pensam e realizam estratégias para superá-los? Quais são seus limites e possibilidades? Estas são questões essenciais para se refletir, ao tentar conhecer essa modalidade educacional que apresenta tantas possibilidades e, ao mesmo tempo, tantas contradições.

Método

Para alcançar os objetivos propostos neste estudo, foi feito um planejamento, que se desenvolveu a partir do estudo teórico e da pesquisa de campo, com uso de questionário e entrevista, sobre a educação no sistema prisional e sobre a percepção das práticas pedagógicas pelos professores, a partir de autores nacionais e internacionais. Este estudo foi desenvolvido por meio de uma pesquisa de natureza qualitativa, exploratória, com o levantamento de dados bibliográficos e utilização de questionário sociodemográfico e entrevistas com pessoas que tiveram experiência prática com o problema pesquisado: a construção da trajetória docente no Programa de Educação nas Prisões em uma Escola Vinculadora em um município do interior do estado de São Paulo.

Como metodologia foi desenvolvido um estudo teórico e pesquisa exploratória com o uso de questionário sociodemográfico e entrevistas com os docentes que atuam na Educação de Jovens e Adultos privados de liberdade no sistema prisional, em uma região do Estado de São Paulo, e que estão ligados a uma escola estadual vinculadora. Nesse sentido, a população é composta por docentes da rede pública de Educação que atuam total ou parcialmente na docência nas classes das prisões dessa localidade.

O universo desta pesquisa é composto por uma população de 45 professores, divididos por duas categorias funcionais, professores temporários, contratados com base nos dispositivos da Lei Complementar 1093 de 16 de julho de 2009, categoria “O” e professores admitidos nos termos da Lei nº 500, de 13 de novembro de 1974, categoria “F”, estáveis após a Lei 1010/07.

Tais docentes atuam por área do Conhecimento ou por segmento do Ensino, em uma ou mais unidades prisionais localizadas em um município do interior do

estado de São Paulo. Ao todo, são 5 unidades prisionais tidas como unidades/escolas vinculadas, duas unidades femininas e 3 masculinas, com regimes diferenciados entre si, que são atendidas por uma Escola Estadual denominada de Escola Vinculadora.

Utilizou-se como instrumentos de pesquisa um questionário sociodemográfico, disponibilizado aos participantes via *Google* Formulários, para levantamento do perfil de idade e tempo de atuação na docência e no Programa, e entrevista semiestruturada. Optou-se pelo questionário e pela entrevista para que houvesse maior interação entre pesquisador e participantes e, por meio do diálogo, coletar os dados sobre a trajetória de vida acadêmica e profissional dos professores.

Após a aplicação do questionário, e considerando o maior tempo de docência no Programa de Educação nas Prisões ou de docência de maneira geral, bem como a aceitação em participar, foram selecionados dois professores por área de conhecimento ou segmento (Anos Iniciais/Alfabetização, Linguagens e Códigos, Ciências Humanas, Ciências da Natureza e Exatas – Matemática), para participar da entrevista semiestruturada.

Dessa forma, a utilização de entrevista semiestruturada permitiu o aprofundamento quanto ao conhecimento da trajetória desses docentes que atuam nas classes do sistema prisional e que concordaram em contribuir na pesquisa por adesão voluntária. As questões norteadoras das entrevistas se pautaram nos aspectos da escolha pela docência, sobre a formação inicial, o início na docência e as primeiras experiências, sobre o momento da trajetória docente que os professores optaram por atuar no PEP, quais foram suas primeiras experiências no Programa, quais foram os desafios e possibilidades encontrados e, por fim, como esses docentes percebiam os limites e as possibilidades da atuação docente no PEP. Para preservar a identidade dos participantes das entrevistas, solicitou-se que cada um deles escolhesse um pseudônimo, que tivesse algum significado para eles. Desta forma, os nomes dos docentes citados ao longo do texto são os pseudônimos escolhidos pelos participantes.

Resultados e Discussão

O exercício da função docente na EJA do sistema prisional requer que o professor pense em sua formação e na constituição dos saberes, competências e habilidades que evoluíram, ao longo de sua trajetória profissional. Segundo Nóvoa (2019), o professor precisa, sempre, considerar a importância de sua formação profissional.

A partir da contribuição dos participantes que vivenciaram a experiência docente no Programa de Educação nas Prisões, prosseguiu-se mantendo o diálogo com os autores selecionados. Desse modo, o texto foi enriquecido com extratos da fala dos docentes que atuaram e/ou ainda exercem a docência no PEP.

Nessa direção, é necessário analisar o crescente distanciamento entre os espaços de formação, na universidade e do trabalho nas escolas, e as discussões das relações entre a teoria e a prática (Roldão, 2017). Nessa perspectiva, Tardif (2014) aponta os movimentos de reafirmação da experiência na produção do conhecimento profissional docente e da constituição de uma epistemologia da prática profissional. É um processo que valoriza, tanto a teorização da prática, quanto o conhecimento pedagógico. Esses autores falam da profissionalidade a partir de uma relação dialética que se volta para as dimensões sociais e pessoais. Considerando estes pressupostos teóricos, é de grande valia analisar a concepção da trajetória profissional docente, e essa análise está relacionada à dicotomia entre o conhecimento das disciplinas e o conhecimento pedagógico.

Trata-se de um processo de aprender a compreender a própria identidade profissional, em aprender a se perceber como professor. Trata-se, também, da socialização de um determinado universo profissional. Nessa perspectiva, é possível pensar-se em percursos formativos, que estão interligados com os processos de colaboração e com o desenvolvimento de potencialidades para a aprendizagem. É necessário que o docente possa tomar consciência da complexidade de sua profissão. Em suma, a idade do ofício continua seu curso. Devemos até mesmo nos perguntar se, no Brasil e, de forma mais ampla, na América Latina, o ensino atingiu plenamente a idade do ofício. Por exemplo, será que o corpo docente brasileiro da escola básica obrigatória (da 1ª série à 9ª série) constitui um corpo de trabalho com condições de trabalho unificadas, uma identidade comum, igualdade de tratamento

entre os níveis (primário e secundário), entre os sexos (homens e mulheres), entre as regiões (urbanas e rurais), entre o privado e o público, entre os diversos estados e municipalidades (Tardif, 2013, p. 558).

A partir dessas reflexões, entende-se que a análise sobre o processo de constituição da docência no âmbito da profissionalidade está diretamente ligado às concepções e ao desenvolvimento docente, para demonstrar as diversas facetas da formação de professores. Considerar esta perspectiva permite compreender o processo de estruturação da profissão docente em consonância com as políticas de formação do magistério, com as propostas de formação inicial e continuada de professores e com o exercício da função nas escolas. E preciso considerar, também, a inter-relação dessas formas de análise sobre a atuação do profissional docente em diferentes ambientes educacionais.

De acordo com esses conceitos de profissionalização, é primordial considerar a formação dos docentes que atuam na EJA do sistema prisional, uma vez que compartilham de saberes e realidades diferentes de outros contextos educacionais. É preciso que o docente observe a importância do convívio e da partilha de práticas e saberes, para aprofundar saberes específicos de sua atuação e conseguir superar os desafios cotidianos. A formação de adultos é um exercício de liberdade, um instrumento político por excelência, da revolução social. Nesta perspectiva, o trabalho docente configura uma possibilidade de transformação da realidade, de construção de novas leituras de mundo, em um processo de realização da autonomia dos sujeitos.

Como apontam Tardif e Lessard (2019), a docência é uma profissão de relações humanas. Segundo os autores, é preciso pensar o lugar da atuação dos professores em meio a transformações marcadas pela globalização, pelas mudanças nas práticas e relações de trabalho e dos intercâmbios. Para os autores, refletir sobre essas questões implica repensar o processo educacional: “[...] o estudo da docência entendida como um trabalho continua negligenciado [...]. É, portanto, imperativo que o estudo da docência se situe no contexto mais amplo da análise do trabalho dos professores e, mais amplamente, do trabalho escolar” (Tardif; Lessard, 2019, p. 23-24). Compreende-se que o trabalho e a ação docente se interrelaciona

com as dimensões da ação formativa e do próprio processo de desenvolvimento humano. Trata-se de uma questão essencial dialogar sobre o contexto profissional da docência, seus campos de atuação das relações humanas.

Nesta perspectiva, é muito relevante dialogar com os contextos formativos e com o próprio processo de construção das políticas públicas voltadas para a formação inicial e continuada dos docentes, em articulação com os processos de profissionalização e da própria percepção da identidade profissional docente.

A partir das entrevistas realizadas e das perguntas norteadoras foi se desvelando a trama da Educação nas prisões a partir da visão de educadores que compartilhavam semelhanças e diferenças, unidos por sua escolha por atuar em espaços de privação de liberdade. É interesse observar como a história de vida e profissional de cada um dos 10 entrevistados foi sendo desenvolvida até que decidissem por atuar no Programa de Educação nas Prisões. Alguns já tinham um bom tempo de magistério, outros iniciaram sua carreira docente basicamente por meio dessa modalidade educacional.

Dadas as situações de especificidades do sistema prisional, percebe que existe uma lógica de direcionamento da ação docente no sentido de propiciar orientações, diretrizes e determinações a serem cumpridas e respeitadas por todos os que adentram o ambiente educacional nas penitenciárias. Nesse sentido, a prática docente nas unidades prisionais necessita se adequar a uma série de normas procedimentais e de segurança para se possa adentrar com segurança na escola. Conforme Português (2009), a gestão penitenciária se organiza no sentido de adaptar os indivíduos:

Na gestão penitenciária, a primazia recai em adaptar os indivíduos punidos à sua cultura, num processo ininterrupto de subjugação. Tal assertiva não equivale a afirmar que processos de reabilitação (e de educação em especial) são inexistentes, mas que coadunam com aquelas finalidades e são por elas prescritos. (Português, 2009, p. 111).

Considerando o que o autor acima propõe, destacamos a fala do professor Conrado em relação a sua experiência na atuação docente em uma unidade prisional:

A experiência foi bem intensa, já não era a primeira vez que eu entrava em um presídio! Mas eu nunca transitei próximo do pavilhão delas ou assim

num espaço maior. Eu já entrei como advogado, mas era em lugares pré-determinados! Quando você entra para dar aula, por exemplo, no caso da unidade feminina, eu já contei! Você atravessa por quinze portas e portões até chegar em uma sala de aula. (Conrado).

O professor Conrado demonstra assim as dificuldades que o docente encontra para chegar até a sala de aula em uma unidade prisional, no caso dele, tendo que passar por aproximadamente quinze portas e portões. De fato, a escola que se estrutura nas unidades prisionais possui certas características em termos de estruturas do espaço e na própria dinâmica do tempo.

Adorno (1991), ao pesquisar sobre a reincidência criminal e sua relação com a instituição penal no estado de São Paulo, descreve a conjuntura de construção da lógica prisional sob a ótica de seus protagonistas, no caso, seus sujeitos de pesquisa, que eram os indivíduos privados de liberdade: “Na prisão, familiarizam-se com as práticas institucionais, mais particularmente com o arbítrio punitivo.” (Adorno, 1991, p. 34). De fato, o processo educacional que se constrói na escola prisional não se apresenta isenta dessa lógica institucional, existe um controle que se projeta sobre o contexto educacional, que é a estruturação da razão punitiva, da segurança e da disciplina.

Considerações finais

Percebe-se que a Escola que se constrói na prisão é um campo de investigação importante para compreender a dinâmica dos processos educacionais em espaços não convencionais, bem como as possibilidades e os limites impostos e vivenciados pelos educadores.

Destaca-se que o conhecimento da atuação docente em diferentes espaços é passível de enriquecer os debates sobre as políticas voltadas à valorização do magistério, à formação continuada e à análise das condições de trabalho da docência no Brasil, de maneira geral, e em São Paulo, de forma mais específica, uma vez que é sobre uma região do interior deste estado que este estudo foi realizado. A partir dos dados coletados e analisados, percebeu-se a complexidade da realidade docente na EJA no sistema prisional. Constatou-se que as indagações levantadas ao longo da pesquisa dialogam com a própria história profissional do pesquisador, na constituição do desafio de aprofundar reflexões sobre a realidade

da qual faz parte. Ser docente no sistema prisional apresenta desafios próprios, sentimentos, perspectivas, inquietações, anseios e sentimentos diversos. Perceber quem é esse docente, dar-lhe voz por meio da escrita dessa dissertação significa a possibilidade de permitir a reflexão ao próprio pesquisador sobre sua prática profissional no Programa de Educação nas Prisões e sobre sua história na prática docente no sistema prisional.

Tratar sobre essas temáticas constitui um processo formativo, na ação profissional, por meio da reflexão sobre o fazer docente. Considerando os objetivos propostos no início da pesquisa e analisados até a presente conclusão, verificou-se que, a partir do estudo da bibliografia sobre o tema e das entrevistas e demais instrumentos para a coleta de dados, foi possível perceber e sistematizar uma compreensão sobre quem é o professor que atua no Programa de Educação nas Prisões no estado de São Paulo. Também foi possível analisar a história do processo de estruturação dessa prática educacional do ponto de vista histórico e dos marcos normativos que permitiram essa formulação.

Destaca-se a importância do diálogo e da interlocução deste estudo com outras pesquisas sobre a educação no sistema prisional a partir de diferentes enfoques, mas que convergem para a necessidade da discussão dessa realidade para fortalecimento de políticas públicas voltadas à formação dos docentes que atuam nessa modalidade educacional. Convergem também para o fortalecimento das ações educacionais, com vistas a garantir o direito à cidadania a todos os indivíduos que foram privados do direito à educação na infância ou na adolescência, por diferentes motivos.

Referências

ADORNO, Sérgio. A prisão sob a ótica de seus protagonistas: itinerário de uma pesquisa. *Revista Tempo Social*. São Paulo, V. 3, 7-40, 1991.

BESSIL, Marcela Haupt; MERLO, Álvaro Roberto Crespo. A prática docente de Educação de Jovens e Adultos no sistema prisional. *Psicologia Escolar e*

Educacional. São Paulo, V. 21, n. 2, p. 285-293, maio/ago., 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pee/v21n2/2175-3539-pee-21-02-00285.pdf> Acesso em 02 jul. 2023.

FREIRE, Paulo. Educação como prática de liberdade. 15. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

FREIRE, Paulo. Pedagogia dos sonhos possíveis. 1 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 67. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019.

MELO, Felipe Athayde Lins de. Inflexões paradoxais: disputas e negociações na oferta de educação nas prisões de São Paulo. Revista Eletrônica de Educação, v. 7, n. 3, p.143-161, 2013. Disponível em: <http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/614/297> Acesso em: 10 jul.

NÓVOA, António. Os professores e as histórias da sua vida. In: NÓVOA, Antonio. (Org.). Vidas de Professores. 2. ed. Porto, Portugal: Porto Editora, 2013.

NÓVOA, António. Firmar a posição como professor, afirmar a profissão docente. Cadernos de Pesquisa v.47 n.166 p.1106-1133 out./dez. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cp/v47n166/1980-5314-cp-47-166-1106.pdf> Acesso em: 10 jan. 2021.

NÓVOA, António. Escolas e professores: proteger, transformar, valorizar. Colaboração: Yara Alvim. Salvador: SEC/IAT, 2022.

ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano. Escola da prisão: espaço de construção da identidade do homem aprisionado? In: ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano (Org.). Educação Escolar entre as grades. São Carlos: EdUFSCar, 2007.

ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano. Educação Escolar na prisão: controvérsias e caminhos de enfrentamento e superação da cilada. In: LOURENÇO, Arlindo da Silva,

ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano (Org.). O espaço da prisão e suas práticas educativas: enfoques e perspectivas contemporâneas. São Carlos: EdUFSCar, 2012.

ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano; JULIÃO, Elionaldo Fernandes. A educação na prisão como política pública: entre desafios e tarefas. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 38, n. 1, p. 51-69, jan./mar. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/edreal/v38n1/05.pdf> Acesso em: 20 maio 2022.

ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano. Educação Escolar na Prisão: o olhar de alunos e professores. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2014.

ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano. Educação escolar para jovens e adultos em situação de privação de liberdade. Cadernos Cedes, Campinas, v. 35, n. 96, p. 239-255, maio/ago., 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ccedes/v35n96/1678-7110-ccedes-35-96-00239.pdf> Acesso em: 20 jul. 2022.

ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano. A prisão: instituição educativa? Cadernos Cedes, Campinas, v. 36, n. 98, p. 43-59, jan./abr., 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ccedes/v36n98/1678-7110-ccedes-36-98-00043.pdf> Acesso em: 20 maio 2022.

ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano. Educação Escolar em prisões: brechas, apostas e possibilidades. Revista Nupem. Campo Mourão, V. 11, n. 23, p. 99-108, maio/ago. 2019a. Disponível em: <http://revistanupem.unespar.edu.br/index.php/nupem/article/view/573> Acesso: 2 jul. 2023.

ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano. Entre chaves, portões e grades: qual currículo para as escolas nas prisões? In: JULIÃO, Elionaldo Fernandes;

RODRIGUES, Fabiana. Reflexões curriculares para a educação de jovens e adultos nas prisões. 1. ed. Jundiaí-SP: Paco Editorial, 2019b.

ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano; RODRIGUES, Jarina Fernandes; GODINHO, Ana Cláudia Ferreira. A EJA em contextos de privação de liberdade: desafios e brechas à educação popular. Educação (Porto Alegre), v. 42, n. 3, p. 465-474, set./dez., 2019. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/33770/19256> Acesso em: 10 jul. 2023.

PORTUGUÊS, Manoel Rodrigues. Educação de adultos presos. Educação e Pesquisa. São Paulo. V. 27, n. 2, p. 355-374. jul./dez. 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ep/v27n2/a11v27n2.pdf> Acesso em: 10 maio 2023.

PORTUGUÊS, Manoel Rodrigues. Educação de jovens e adultos presos: limites, possibilidades e perspectivas. Em Aberto. Brasília, V. 22, n 82, p. 109-120, nov. 2009. Disponível em: <http://rbepold.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/view/2245> Acesso em: 10 jul. 2023.

ROLDÃO, Maria do Céu. Função docente: natureza e construção do conhecimento profissional. Revista Brasileira de Educação, v. 12, n. 34, jan/abr. 2007. Disponível em

<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/XPqzwvYZ7YxTjLVPJD5NWgp/?lang=pt&format=pdf> Acesso: 10 jan. 2024.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. História da Educação no Brasil (1930-1973). 39. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

SÃO PAULO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO (SEDUC). Resolução Conjunta SE/SAP nº 1, de 16 de janeiro de 2013. Dispõe sobre a oferta da Educação Básica, na modalidade Educação de Jovens e Adultos - EJA, a jovens e adultos que se encontrem em situação de privação de liberdade, nos estabelecimentos penais do Estado de São Paulo, e dá providências correlatas. Disponível em: http://forumeja.org.br/sp/sites/forumeja.org.br.sp/files/Resolucao%20Conjunta%20SE_SAP%201_2013.pdf Acesso em: 4 maio 2022.

SÃO PAULO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO (SEDUC). Resolução Conjunta SE/SAP nº 2, de 30 de dezembro 2016. Dispõe sobre a oferta da educação básica a jovens e adultos que se encontram em situação de privação de liberdade no Sistema Prisional do Estado de São Paulo e dá providências correlatas. Disponível em:
<http://siau.edunet.sp.gov.br/ItemLise/arquivos/RESOLU%C3%87%C3%83O%20CONJUNTA%20SE%20-SAP-2,%20DE%2030-12-2016.HTM?Time=09/09/2017%2022:30:35> Acesso em: 10 jun. 2022.

SÃO PAULO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO (SEDUC). Resolução SE 52, de 14 de agosto de 2013. Dispõe sobre os perfis, competências e habilidades requeridos dos Profissionais da Educação da rede estadual de ensino, os referenciais bibliográficos e de legislação que fundamentam e orientam a organização de exames, concursos e processos seletivos, e dá providências correlatas. Publicado no Diário Oficial do Estado de 15 de agosto de 2013, p. 31. Disponível em:
https://conhecimento.fgv.br/sites/default/files/concursos/resolucao_se_52_2013_paso_a_passo.pdf Acesso em: 4 abr. 2022.

SÃO PAULO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO (SEDUC). Documento Orientador Conjunto SEE/CGEB/NINC/SAP nº 1, São Paulo: SEE, 2018.

SÃO PAULO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO (SEDUC). Documento Orientador Conjunto SEE/CGEB/NINC/SAP nº 2, São Paulo: SEE, 2017.

SÃO PAULO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO (SEDUC). Resolução SE 20, de 26 de fevereiro de 2018. São Paulo: SEE, 2018.

SÃO PAULO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO (SEDUC). Resolução SE 18, de 2 de maio de 2019. São Paulo: SEDUC, 2019.

SILVA, Andressa Baldini. O trabalho docente na prisão por professores da rede estadual de São Paulo: entre a lógica da formação e a lógica da adaptação. 2017.

212 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2017. Disponível em:
<https://repositorio.unifesp.br/bitstream/handle/11600/50245/09%20-%20Andressa%20Baldini%20da%20Silva.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 30 abr. 2024.

TARDIF, M. A profissionalização do ensino passados trinta anos: dois passos para a frente, três para trás. Educação & Sociedade, Campinas, vol. 34, n. 123, p. 551-571, abr.-jun. 2013.

TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional. 17. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude. O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. Trad. João Batista Kreuch. 9 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.